



Ata nº 055 da Sessão Ordinária nº 055, de  
15 de outubro de 2013.

1 Às nove horas do dia quinze de outubro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do  
2 Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR**  
3 **COLARES**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO;**  
4 Ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, e MARA LÚCIA;** presença da Procuradora do Ministério  
5 Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA,** reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios  
6 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o  
7 Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do TCM/Pa.  
8 Convocado o Auditor Sérgio Dantas em substituição a Conselheira Mara Lúcia de acordo com a Portaria nº 1553/2013 -  
9 TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta*  
10 *a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio*  
11 *e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 048/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**  
12 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o  
13 julgamento do processo de nº 5: **Processo nº 080022010-00 – 201101561-00; Câmara Municipal de**  
14 **Ananindeua; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Eliel Pereira Faustino Filho; Instrução 1ª Controladoria**  
15 **Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE**  
16 **nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
17 autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu  
18 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas da  
19 Câmara Municipal de Ananindeua, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade do Sr. Eliel Pereira Faustino Filho com  
20 a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-8.568.460,45 (oito milhões, quinhentos e sessenta e oito mil,  
21 quatrocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos), pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião da votação,  
22 do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 1. Após,  
23 o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 080012010-00; Prefeitura Municipal**  
24 **de Ananindeua; Prestação de Contas Anuais de Governo; Responsável Helder Zahluth Barbalho; Instrução 1ª**  
25 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage;**  
26 **Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
27 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas de Governo. A matéria foi colocada  
28 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "*pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal a*  
29 *aprovação da prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de Ananindeua, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade*  
30 *do Sr. Helder Zahluth Barbalho*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. **Processo nº**  
31 **080012010, 201105308-00 - 201300965-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas Anuais**  
32 **de Gestão; Responsável Helder Zahluth Barbalho; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe**  
33 **Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.**  
34 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
35 emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira  
36 Relatora proferiu seu **VOTO:** "*pela aprovação, com ressalvas, da Prestação de contas de gestão do Senhor Helder Zahluth Barbalho,*  
37 *exercício de 2010, devendo ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 406.392.387,24 (quatrocentos e seis milhões, trezentos e*  
38 *noventa e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), após o recolhimento das multas apontadas, conforme*  
39 *Regimento Interno deste Tribunal*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. **Processo nº**  
40 **070012006-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Prestação de Contas de 2006; Responsável Edson da Silva Barros;**  
41 **Instrução Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
42 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
43 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a  
44 aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
45 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
46 decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Anajás,  
47 exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Edson da Silva Barros, que deverá proceder aos seguintes recolhimentos, no





prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pela remessa intempestiva do 3º quadrimestre do RGF, com base no art. 5º, I, § 1º (9), da Lei Federal nº 10.028; ao FUMREAP: 2 – Multa de R\$-10.000,00 (cinco mil reais) pela realização de despesas sem amparo legal e despesas executadas em descumprimento a Lei nº 8.666/93, com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA; 3- Multa de R\$-1.000,00 (mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais, e pelo descumprimento dos gastos mínimos com pessoal, fundamentado no art. 120-A, II do RI/TCM/PA; 4 – Multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da LDO, LOA, prestação de contas do exercício, e os RREO's, com fundamento no art. 120-B, inciso IV do RI/TCM/PA; cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual para tomar as providências que achar cabíveis. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares **Processo nº 490012012-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas de Governo -2012, Imputação de Débitos; Responsável Raimundo Martins Cunha; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.496, de 07.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de Governo de responsabilidade do Senhor Raimundo Martins Cunha, Prefeito Municipal de Muaná, exercício financeiro de 2012, bem como a multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsão no Artigo 57, Inciso I da Lei Complementar nº 084/2012, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 490022011-00; Câmara Municipal de Muaná; Prestação de Contas – 2011; Responsável Jorge da Costa Valente; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Muaná, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor Jorge da Costa Valente, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação ao Ordenador de despesa. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 083012010-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Margarida Maria da Cunha Nassar; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade da Sra. Margarida Maria da Cunha Nassar, com a expedição do Alvará de quitação no valor de R\$-38.222.199,89 (trinta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos). **Processo nº 0084022010-00 - 201101836 e 201300957-00; Fundo Municipal de Educação e FUNDEB de Ananindeua; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Elieth de Fátima da Silva Braga; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, sem prejuízo da aplicação das multas pertinentes. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação e FUNDEB de Ananindeua, de responsabilidade da Sra. Elieth de Fátima da Silva Braga, referente ao exercício financeiro de 2010, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-35.813.646,48 (trinta e cinco milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), e de R\$-90.523.288,58 (noventa milhões, quinhentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), respectivamente, pelas despesas ordenadas, sem prejuízo do recolhimento da multa no valor de R\$-133,38 (cento e trinta e três reais e trinta e oito centavos), referente a não comprovação do Saldo da C/C: 170.068-5, BANPARÁ. **Processo nº 0083982010-00 - 201101837-00 e 201300954-00; Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Hildegardo de Figueredo Nunes – Período 01/01/2010 à 31/03/2010; Iacira Leite Sedrim – Período**





01/04/2010 à 20/10/10; Hildegardo de Figueredo Nunes – Período 21/10/10 à 31/12/2010; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; **Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua, exercício financeiro 2010, de responsabilidade do Ordenador Hildegardo de Figueredo Nunes (01.01.10 a 31.03.2010 e 21.01.10 a 31.12.2010), com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-63.071.05,80, e pela não aprovação das contas da Ordenadora Iaciara Leite Sedrim (01.04.2010 a 20.10.2010), em razão da não remessa do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 2010.004, SESAU e respectivo contrato firmado com a empresa Projetos e Construções Ltda. EPP, no valor de R\$-893.185,95 (oitocentos e noventa e três mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), com aplicação de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-A, inciso II, do Regimento Interno do TCM. **Processo nº 642292008-00 – 200918412-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Rondon do Pará; Prestação de Contas – 2008; Responsável Adriana Andrade de Oliveira; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Rondon do Pará de responsabilidade da Sra. Adriana Andrade de Oliveira, referente ao exercício financeiro de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.768.308,98 (um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e oito reais e noventa e oito centavos), pelas despesas ordenadas. **Processo nº 642342008-00 – 200903804-00; Fundo Municipal de Educação de Rondon do Pará; Prestação de Contas – 2008; Responsável Geanclay Rodrigues de Souza; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Rondon do Pará, de responsabilidade da Sr. Geanclay Rodrigues de Souza, referente ao exercício financeiro de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-16.704.171,90 (dezesseis milhões, setecentos e quatro mil, cento e setenta e um reais e noventa centavos), pelas despesas ordenadas. **Processo nº 672712007-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari; Prestação de Contas – 2007; Responsável Ediene Pamplona Bentes; Instrução Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Ediene Pamplona Bentes, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Públicos: 1 – Multa de R\$-10.000,00 (dez mil reais) pelas despesas realizadas sem o devido processo licitatório, com fundamento no art. 120-A, II, parágrafo único “III” do RI/TCM/PA; 2 – Multa de R\$-1.000,00 (mil reais), pelo descontrole financeiro materializado no lançamento à conta “Receita a comprovar”, com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA; cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1070022003-00; Câmara Municipal de Abel Figueiredo; Recurso de Reconsideração contra a Decisão contida no Acórdão nº 17.360 de 10/06/2008 (Prestação de Contas de 2003); Responsável Jussieu Fernandes; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, no sentido de reformar o Acórdão nº 17.360/2009, desta feita pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr Jussieu Fernandes, mantido o item II do Acórdão guerreado, relativo a não remessa dos





Relatórios de Gestão Fiscal, pelo que, deve ser expedido, em favor do recorrente, o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 237.522,75 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos), após o recolhimento da multa cominada no valor de R\$-3.802,25 (três mil, oitocentos e dois reais e vinte e cinco centavos), prevista no § 1º do Artigo 5º da Lei 10.028/00. **Processo nº 200804459-00; Associação de Moradores Gabriel Pimenta; Prestação de Contas do Convênio Nº 011/08, firmado com a SEMEC; Responsável Maria Benedita F. Lobo; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.500, de 11.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das presentes contas, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-48.720,00 (quarenta e oito mil, setecentos e vinte reais) a Sra. Maria Benedita F. Lobo, representante legal da Associação de Moradores Gabriel Pimenta. **Processo nº 201300151-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1674/12, de 10.12.12; Revisão de Proventos; Interessado Josefa Guimarães Carvalho; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201212250-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 0608/12, de 12/06/12; Interessada Maria Helena Tedesco Vellozo; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201210259-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria Portaria nº 047/12, 19/06/12; Interessada Dalva Maria da Trindade Alves; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201009244-00; PMB/SEMEC; Contrato de Prestação de Serviços nº 068/2010, Celebrado entre a PMB/SEMEC e a Sra. Sonia Cruz e Silva; Interessada Therezinha Moraes Gueiros; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato, com a juntada dos autos à prestação de contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201009247-00; PMB/SEMEC; Contrato de Prestação de Serviços Nº 061/2010,celebrado entre a PMB/SEMEC e o Sr. Fábio Daniel Marques Batista; Interessada Therezinha Moraes Gueiros; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200919687-00; PMB/SEJEL; Contratos Temporários nº's 184 e 185/2009; Interessado Carlos Alberto Pereira da Cunha; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo.** Retirado de pauta. **Processo nº 201009242-00; PMB/SEMEC; Contrato de Prestação de Serviços nº 064/2010, celebrado entre a PMB/SEMEC e o Sr. Luiz Marcio dos Santos Macedo; Interessada Therezinha Moraes Gueiros; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201014235-00; Câmara Municipal de Xinguara; Subsídio Resolução nº 118/2010, que concede reajuste aos Servidores da Câmara Municipal de Xinguara; Interessado Arivaldo Santos Nascimento; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência





proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201310572-00; Prefeitura Municipal de Bujaru**; Diária Lei nº 631/13, de 27.05.13, que Fixa Diárias para Prefeito e Vice-Prefeito; Interessado Lúcio Antônio Faro Bitencourt; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva ao valor previsto nas diárias do Prefeito Municipal de Bujaru, em viagens para fora do Estado, modulando a decisão, ou seja, tornando regulares as despesas pagas até o conhecimento do presente voto; encaminhe-se os autos à 4º Controladoria responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. **Processo nº 201303696-00; Câmara Municipal de Curionópolis**; Diária Resolução nº 001/13, de 05.01.13, que fixa Diárias dos Vereadores; Interessado Wilson Acácio Nunes; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva, ao valor previsto nas diárias dos Sr. Edis da Câmara Municipal de Curionópolis, em viagens para fora do Estado, modulando a decisão, ou seja, tornando regulares as despesas pagas até o conhecimento do presente voto; encaminhe-se os autos à 4º Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. **Processo nº 200817260-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL**; Termos Aditivos a Contratos Temporários; Interessada Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro e Outros; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa do registro dos seguintes termos aditivos: 1. De números 143/07; 144/07 e 147/07, por não terem sido enviados a esta Corte de Contas os contratos principais referentes; 2. De números 01/08; 02/08; 03/08; 04/08; 011/08; 012/08; 013/08; 014/08; 015/08; 017/07; 018/07; 059/07; 061/07; 062/07; 063/07; 071/07; 073/07; 118/07; 169/07; 170/07; 182/07; 185/07; 199/07; 203/07; 339/07; 377/07; 431/08; 434/08; 439/08 e 444/08, face a negativa dos registros de seus contratos principais. Pelo REGISTRO dos seguintes termos aditivos: 1. De números 005/08; 006/08; 016/08; 073/08; 092/08; 093/08; 094/08; 119/08; 122/08; 134/08; 136/08; 143/08; 148/08; 419/08; 422/08 e 424/08, cujos contratos principais foram registrados por meio do Acórdão n. 18.232, posto que encontram-se amparados pela Lei Municipal nº 7.453/89, bem como pela motivação apresentada pelo responsável de que foram realizadas as contratações face à necessidade de desenvolvimento do programa PROJOVEM - URBANO, a fim de atender a necessidade de inclusão social de jovens da população local, ficando caracterizado o excepcional interesse público da Administração, com amparo legal no art. 37, IX da CF/88. **Processo nº 200904773-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL**; Contratos Temporários e Termo Aditivo; Interessada Adilana Trindade Nogueira e Outros; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200905808-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer / SEJEL**; Termo Aditivo a Contrato Temporário; Interessado Rafael Augusto Resque Vasconcelos; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200911634-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL**; Contrato Temporário; Interessada Suze Fernanda Costa Barros; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200911635-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer / SEJEL**; Contrato Temporário; Interessado Derick Diego Cavalcante Cunha; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e







manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200914335-00 – 200914674-00; Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer / SEJEL - Município de Belém; Contratos Temporários; Interessada Jacirene Julia Nascimento Lopes e Outros; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200916884-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL; Contrato Temporário; Interessada Laíde de Andrade Vieira; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200917929-00; Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer/SEJEL - Município de Belém; Contratos Temporários; Interessada Andrea Pereira Duarte e Outros; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200918338-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL; Termos Aditivos de Contratos Temporários; Interessado Adailson junior Maia Cunha e Outros; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201001075-00; Secretaria Municipal de Juventude, Esprte e Lazer-SEJEL; Termos Aditivos de Contratos Temporários; Interessada Amália Ruivo de Oliveira; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº 201220363-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC; Contrato temporário nº 127/2012, firmado com Fernando Pantoja da Costa. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201306151-00 (V vis); Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários de Cipriano Paz Moreira e outros. 2) Processo nº 201301551-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC; Termos Aditivos aos Contratos temporários, firmados com Adriana Silva Nunes e outros. Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; 1) Processo nº 201217713-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Manoel Raiol da Conceição. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.**

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quinze de outubro de dois mil e treze.

Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
Conselheiro Presidente **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro Corregedor **CEZAR COLARES**  
Presidente da Sessão